

São Paulo, 07 de novembro de 2022.

À

Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI

A/C: Sr. Secretario Leonardo Rafael Machado de Freitas Maciel.

e-mail: leonardo.f.maciell@economia.gov.br

Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SAP/MAPA

A/C: Sr. Flávio Augusto Modesto e Silva

e-mail: flavio.augusto@agricultura.gov.br

Referência: **Edital de Chamamento Público de Estudos SAP/MAPA n.º 1/2020, tendo por objetivo chamar pessoas físicas ou jurídicas de direito privado interessadas na apresentação de projetos, levantamentos, investigações e estudos técnicos que subsidiem a modelagem da concessão, com vistas à revitalização, modernização, operação, manutenção e gestão dos Terminais Pesqueiros Públicos (TPP) das seguintes localidades: Aracaju/SE; Cananeia/SP; Natal/RN e Santos/SP (“Projeto”).**

Assunto: **Nota Técnica. Resumo das principais alterações promovidas nos Estudos relativos ao Projeto, em relação à versão submetida no edital publicado no DOU em 12 de janeiro de 2021.**

Prezados Senhores,

Em atenção à solicitação de Vossas Senhorias, encaminhamos a Nota Técnica produzida por este Consórcio, que tem por finalidade a apresentação, de forma objetiva, das alterações promovidas nas minutas de Edital e respectivos Anexos, Contrato e respectivos Anexos, e nos Estudos relativos ao Projeto, em relação às minutas que foram submetidas no edital publicado no DOU em 12 de janeiro de 2021.

O documento está dividido em duas partes. Na primeira (item 1) são apresentados os fundamentos das principais alterações realizadas. Na segunda (item 2 e seguinte) são apresentadas, de forma objetiva, as alterações realizadas em cada documento, com a indicação do número da página e/ou item do respectivo documento.

1. Fundamentos das alterações

1.1. Separação do bloco Cananeia e Santos

A concessão dos terminais de Cananeia e Santos havia sido estruturada de forma conjunta por três principais motivos, conforme consta no documento “Resumo Executivo – Estudos e Modelagem da concessão dos sete TPPs”:

- O TPP Cananeia, separadamente, não demonstrou viabilidade financeira e atratividade em seu modelo de negócios; não obstante, seu desenvolvimento apresentou grande relevância socioeconômica, agregando valor ao setor pesqueiro local através da melhoria na gestão, operação e nas condições ambientais e de sanidade do terminal;
- A operação estruturada e projetada para o TPP Santos apresentou viabilidade financeira ($VPL > 0$), indicando haver margem para subsidiar o TPP Cananeia e ainda resultar em um valor de outorga relativamente alto;
- Embora não haja relevantes sinergias entre TPPs em geral, enxerga-se algum potencial nesse caso pela proximidade dos dois terminais, a depender da eventual verticalização do operador (com frota própria) ou numa contratação casada para alguns armadores. Essa sinergia, pouco tangível, não foi valorada. Entretanto, a junção de um ativo que apresenta prejuízo contábil (Cananeia), com outro lucrativo (Santos) gera a economia de impostos sobre o lucro, que foi considerada na modelagem do presente caso.

No entanto, verificou-se que a formação do bloco foi a principal motivação para que os terminais não recebessem proposta de interessados. A premissa de que o terminal de Santos fosse suficientemente atrativo para se juntar a Cananeia não se concretizou. Sendo assim, após novas rodadas de conversas com o mercado, verificou-se que existem potenciais interessados nos terminais em separado (mesmo com resultado negativo da *valuation* de Cananeia). Desta forma, a realização das concessões de forma separada, se mostrou mais adequado.

Ademais, conforme será apresentado no item 1.3, após a atualização do modelo para uma nova data base, contemplando altas de preços de construção civil e custos operacionais, o resultado da modelagem de Santos também passou a ser negativo. Portanto, a ideia de juntar os terminais para Santos subsidiar Cananeia não se sustenta mais.

Pelas razões apresentadas acima, optou-se por realizar a concessão dos terminais de forma separada.

1.2. Atualização dos valores para data base fev/22

Os estudos do edital publicado no DOU em 12 de janeiro de 2021 foram elaborados no primeiro semestre de 2021 e estavam referenciados na data-base março de 2021. Após o leilão dos TPPs de Manaus, Belém e Vitória no dia 11/03/2022, realizou-se a atualização dos parâmetros de custos e receitas da modelagem para os terminais que não receberam propostas. A atualização dos valores consistiu em trazê-los para a data-base de fevereiro/2022 com o objetivo de contemplar a alta de preços de alguns setores observados no período, em virtude da Pandemia de COVID-19.

Abaixo, um resumo das atualizações realizadas.

Capex de engenharia e ambiental

Atualização de capex de engenharia e ambiental a partir de índices do DNIT, por tipo de serviço executado. A tabela abaixo apresenta o Capex considerado nos estudos do edital de 12 de janeiro de 2021 (data-base mar/21) e os valores atualizados (fev/22). Observa-se que existe uma diferença no índice final para cada terminal pois as correções foram realizadas a nível de serviço.

Tabela 1 – Atualização do capex com índices DNIT

Terminal	Serviços essenciais (MM R\$)		Total (MM R\$)		Atualização do período
	(mar/21)	(fev/22)	(mar/21)	(fev/22)	
Cananéia	1,2	1,3	1,2	1,3	11%
Santos	6,2	7,0	9,6	11,0	14%
Aracaju	2,3	2,6	4,2	4,7	13%
Natal	6,3	7,1	9,6	11,0	14%

No caso do TPP Natal, além da atualização dos valores, inclui-se a ligação do terminal com a rede elétrica local, no valor de R\$ 703.404. Trata-se de uma demanda identificada posteriormente em reunião com potenciais investidores do terminal.

Opex

Referente aos custos operacionais, foram atualizadas as tarifas de água/esgoto e energia elétrica a partir de valores das respectivas concessionárias. Além disso, os custos com mão de obra operacional foram atualizados com o IPCA, sob índice de 9,5%.

A tabela abaixo resume o valor das tarifas utilizadas na modelagem.

Tabela 2 – Atualização de tarifas de água e energia a partir do site das concessionárias

Terminal	Água (R\$/m³)		Energia elétrica (R\$/kWh)	
	(mar/21)	(fev/22)	(mar/21)	(fev/22)
Cananéia	16,70	16,70	0,3300	0,3691
Santos	27,54	35,78	0,3424	0,4004
Aracaju	19,28	21,38	0,2774	0,2855
Natal	12,11	13,73	0,2906	0,2987

Observa-se que a o reajuste tarifário do período observado variou bastante conforme o TPP. Isso gerou impacto diferentes magnitudes na modelagem dos terminais.

Receitas

As receitas foram atualizadas a partir do IPCA e a tabela abaixo apresenta os valores atualizados e o índice para o período mar/21 a fev/22.

Tabela 3 – Atualização de receitas a partir do IPCA

Terminal	Gelo (R\$/ton)		Descarregamento (R\$/ton)		Atualização do período
	(mar/21)	(fev/22)	(mar/21)	(fev/22)	
Cananéia	240,0	262,9	150,0	164,3	9,5%
Santos	240,0	262,9	150,0	164,3	9,5%
Aracaju	225,0	246,4	150,0	164,3	9,5%
Natal	230,0	251,9	150,0	164,3	9,5%

As atualizações dos estudos para a nova data-base possuem um impacto negativo na *valuation*, visto que o aumento com Capex e Opex superam ao aumento da receita.

1.3. Valor do ressarcimento dos estudos de viabilidade

O Edital de Chamamento Público SAP/MAPA n.º 1/2020, estabelece o valor de ressarcimento dos estudos em R\$2.883.343,75 (data-base dezembro/2020). Conforme o item 6 do Anexo II – Avaliação dos Estudos, no caso de algum TPP resultar deserto, 75% (setenta e cinco por cento) do valor calculado para o ressarcimento dos estudos para o vencedor da concessão daquele TPP deverá ser distribuído para as licitantes vencedoras dos outros TPPs leiloados, até o limite de valor da outorga ofertada para o respectivo TPP¹.

O valor de outorga mais ágio do leilão dos terminais de Manaus, Belém e Vitória foi de R\$ 1.270.748,81, conforme verificado na NOTA TÉCNICA CONJUNTA Nº 2/2022/SAP/MAPA/SEPPI/ME. O montante total foi suficiente para o pagamento de 67% do ressarcimento dos terminais de Cananéia, Santos, Aracaju e Natal (na data-base do momento do pagamento, março/22). Sendo assim, em decorrência do pagamento parcial às consultorias, fez-se necessária a revisão dos valores de ressarcimentos dos estudos nesta nova modelagem.

O valor de ressarcimento no próximo leilão corresponderá à 33% do valor original (R\$ 610.688,02 na data-base de fevereiro 2022) e será distribuído de forma proporcional ao resultado da *valuation* dos terminais, ou seja, o valor que traria o VPL à zero, denominado “outorga estimada”. A tabela abaixo apresenta a distribuição do ressarcimento entre os terminais. Nota-se que o TPP de Cananéia apresenta VPL negativo, portanto, o valor de outorga estimada foi fixado à R\$1,00, resultando no pagamento de R\$0,98 de ressarcimento.

Tabela 4 – Novo valor de ressarcimento dos estudos

TPP	Outorga estimada para VPL =0	Ressarcimento
Cananéia	1,00	0,98

1 “6. Caso algum TPP resulte em leilão deserto (sem proponente com proposta válida), 75% do valor calculado para ressarcimento dos estudos para o vencedor da concessão daquele TPP será distribuído para o vencedor de outro TPP licitado, caso esteja dentro do limite de valor de outorga ofertado neste TPP.”

Santos	52.452,99	51.319,65
Aracaju	315.928,81	309.102,60
Natal	255.791,63	250.264,79
Total	624.174,43	610.688,02

Os novos valores de ressarcimento impactam positivamente a *valuation* dos terminais, visto que o valor pago de ressarcimento diminuiu.

1.1. Prazo para início das operações

O prolongamento de alguns prazos máximos para início das operações e fornecimento de insumos foi uma demanda levantada em conversas com potenciais investidores realizadas após o primeiro leilão. Os entrevistados levantaram que a extensão do prazo diminuiria o risco de atraso em função da necessidade de obtenção de determinadas licenças e tornaria, portanto, o projeto mais atrativo.

Desta forma, considerou-se um pequeno prolongamento dos prazos máximos para fornecimento de Requisitos Mínimos previstos no ANEXO 1 dos TPPs de Cananéia, Aracaju e Natal (os prazos de Santos formam mantidos, visto que não houveram manifestações de que seriam insuficientes para obtenção de licenças e construção). A tabela abaixo apresenta as alterações nos prazos exigidos.

Tabela 5 – Revisão de prazos máximos para disponibilização de requisitos mínimos

TPP	Estudos originais	Estudos revisados
Cananéia	- 1 ano para sistema de desembarque - 2 anos para oferta de infraestrutura e oferta de insumos	- 1 ano para sistema de desembarque - <u>3 anos para oferta de infraestrutura e oferta de insumos</u>
Santos	- 2 anos para atendimento do sistema de desembarque da pesca artesanal - 3 anos para demais requisitos	- 2 anos para atendimento do sistema de desembarque da pesca artesanal - 3 anos para demais requisitos
Aracaju	- 1,5 anos para atendimento de todos os requisitos	- <u>2 anos para atendimento de todos os requisitos</u>
Natal	- 1 ano para atendimento do sistema de desembarque da pesca artesanal - 2 ou 3 anos para demais requisitos	- <u>2 anos para atendimento do sistema de desembarque da pesca artesanal</u> - 3 anos para demais requisitos

Cabe salientar que se trata de prazos máximos para realização de investimentos referentes ao atendimento dos Requisitos Mínimos e não possuem impacto na *valuation* dos terminais (e consequentemente, no valor de outorga), visto que a modelagem não considerou o prazo máximo como premissa de investimento. O concessionário poderá realizar os investimentos no prazo que lhe for favorável, dentro dos novos limites estabelecidos.

O item abaixo trata das alterações realizadas no prazo de investimentos considerados na modelagem.

1.2. Faseamento dos investimentos

Na modelagem original, adotou-se como premissa a realização de 100% investimentos dos terminais no primeiro ano da concessão, ainda que a maioria dos prazos máximos para atendimento dos Requisitos Mínimos previstos no ANEXO 1 fossem superiores a um ano.

Na presente revisão, considerou-se o faseamento dos investimentos para os TPPs Santos, Aracaju e Natal com 80% do total no ano 1 e 20% no ano 2². O faseamento está alinhado com os prazos estipulados para oferecimento dos requisitos mínimos. Para o TPP Cananéia, o faseamento será realizado em 3 anos, visto que o terminal já se encontra em operação e o prazo é suficiente para oferecimento dos insumos em 3 anos (requisito mínimo). Além disso, para não atrapalhar a operação atual, as intervenções deverão ocorrer faseadas.

Tabela 6 – Faseamento dos investimentos na modelagem

Capex de desenvolvimento	Total (MM R\$)	Ano 1	Ano 2	Ano 3
TPP Santos	11,0	8,8	2,2	
% do total	100%	80%	20%	
TPP Cananéia	1,3	0,4	0,4	0,4
% do total	100%	33%	33%	33%
TPP Aracaju	4,7	3,8	0,9	
% do total	100%	80%	20%	
TPP Natal	11,0	9,8	1,2	
% do total	100%	80%	20%	

A alteração impacta positivamente a *valuation*, pois o faseamento diminui o VPL dos investimentos.

1.3. Revisão do valor de outorga

A partir das revisões citadas acima, calcula-se os novos valores de outorga finais dos TPPs. A tabela abaixo apresenta os valores revisados e considerados na modelagem do próximo leilão (data-base fevereiro de 2022).

A segunda coluna apresenta o valor de outorga estimada, trata-se de um output da *valuation* e é o valor que zera o VPL do modelo. A partir da outorga estimada, é realizada a distribuição do ressarcimento entre os TPPs (coluna 3). De acordo com o item 5 do Anexo II do CPE, o valor do

2 O TPP Aracaju era o único a possuir receita no primeiro ano, que também foi reduzida em 80%.

ressarcimento dos estudos deve ser distribuído para cada TPP de acordo com a capacidade financeira de cada qual, verificada a partir do resultado da respectiva modelagem financeira.

Soma-se ao ressarcimento o valor a ser pago a B3 (coluna 4), custo de realização do leilão. Por fim, calcula-se o valor de outorga final (coluna 5), caso a soma do ressarcimento e do pagamento para a B3 não exceda o valor de outorga estimada. Neste último caso, estipula-se um valor simbólico de R\$ 1,00 de outorga final.

Após as revisões dos estudos, o montante a ser pago com o ressarcimento mais a B3 supera a outorga estimada em todos os TPPs, resultando em resultados negativos (VPL <0). Por este motivo, todos resultaram em outorga final de R\$1,00.

Tabela 7 – Revisão do valor final de outorga dos terminais

(1) TPP	(2) Outorga estimada (VPL =0) (R\$)	(3) Ressar- cimento (R\$)	(4) B3 (R\$)	(5) Outorga final (R\$)	(6) Total pago pelo concessionário (R\$)	(7) VPL do modelo (MM R\$)
Cananéia	1,00	0,98	82.809,75	1,00	82.811,73	(0,42)
Santos	52.452,99	51.319,65	82.809,75	1,00	134.130,40	(0,07)
Aracaju	315.928,81	309.102,60	82.809,75	1,00	391.913,35	(0,07)
Natal	255.791,63	250.264,79	82.809,75	1,00	333.075,54	(0,07)
Total	624.174,43	610.688,02	331.239,00	4,00	941.931,02	

Visto que todos os terminais passaram a ter resultado negativo, pode-se concluir que a redução do valor de ressarcimento e o faseamento dos investimentos não foram suficientes para compensar o aumento de Capex e Opex.

A tabela abaixo apresenta os resultados da modelagem publicada no primeiro leilão (data-base março de 2021)³. Observa-se que o valor da outorga estimada é igual ao total a ser pago, resultando em VPL=0 para todos os TPPs⁴.

Tabela 8 – Resultado da modelagem dos TPPs de Cananéia, Santos, Aracaju e Natal no primeiro leilão (data-base março de 2021)

TPP	Outorga estimada para VPL =0 (R\$)	Ressar- cimento (R\$)	Outorga final (R\$)	Total (R\$)	VPL (MM R\$)
-----	---	-----------------------------	---------------------------	----------------	-----------------

3 Importante ressaltar que na modelagem anterior, o pagamento para a B3 não havia sido incorporado à modelagem do terminal. Isso ocorreu pois o montante a ser pago só foi informado ao MAPA após a consolidação da modelagem e aprovação do TCU.

4 Importante ressaltar que na modelagem anterior, o pagamento para a B3 não havia sido incorporado à modelagem do terminal. Isso ocorreu pois o montante a ser pago só foi informado ao MAPA após a consolidação da modelagem e aprovação do TCU.

Cananéia	854.255	732.199	122.056	854.255	0,0
Santos					
Aracaju	448.341	384.282	64.059	448.341	0,0
Natal	600.717	514.886	85.831	600.717	0,0
Total	1.903.314	1.631.368	271.946	1.903.314	

A partir dos resultados apresentados⁵, é possível verificar a diminuição no valor total de outorga estimada, indicando um impacto negativo na *valuation* dos terminais em função do aumento de preços de Capex e Opex no período avaliado.

5 Apesar de estarem em datas-bases diferentes, é possível concluir que a outorga estimada total da tabela 7 é inferior ao total da tabela 8.

2. Principais alterações

Em função das modificações de premissas apresentadas no tópico anterior, os Estudos sofrerão as seguintes alterações:

2.1. Documentos jurídicos

Resumidamente, as alterações realizadas na minuta de Edital, Contrato e Anexos, foram no sentido de retirar a menção do Bloco de TPPs, uma vez que os TPPs serão concedidos individualmente, e atualizar os valores de garantia de proposta, capital social mínimo, ressarcimento de estudos e outorga.

Desta forma, foram feitas as seguintes alterações da Minuta de Edital: Capa do documento da Minuta de Edital, e itens 1.1, 1.2, 1.7, 1.8, 2.1, 2.2, 3.1, 4.1, 6.3, c) e d), 12.3, 13.1, 13.3.1, 13.3.4, 13.4, 13.5, 13.5.1, 13.15, 13.16.2, 13.21, 13.23, 13.28, 13.32, 13.34, 16.1, 16.3, 16.9, 17.2, 17.3, 17.4, 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 21.6, 24.1.

Com relação ao Anexo 1 do Edital – Diretrizes Técnicas e Parâmetros dos TPPs, foram realizadas as seguintes alterações: item II.6. Prazo Limite para Início das Atividades, no TPP de Aracaju; III.6. Prazo Limite para disponibilizar as infraestrutura e atividades, no TPP de Cananéia; IV. Prazo Limite para Início das Atividades, no TPP de Santos; V.6. Prazo Limite para Início das Atividades, no TPP de Natal.

Com relação ao Anexo III – Minuta de Contrato, foram feitas as seguintes alterações: Capa do documento Minuta de Contrato; Preâmbulo e primeiro considerando.

As minutas jurídicas não mencionadas acima não sofreram alterações.

2.2. Documentos executivos

Resumo Executivo - Estudos e Modelagem da concessão dos quatro TPPs

As alterações realizadas no Relatório Executivo foram no sentido de retirar a menção do Bloco de Santos e Cananéia, uma vez que os TPPs serão concedidos individualmente, retirar menção aos TPPs já leiloados e atualizar os valores de resultados da modelagem, ressarcimento de estudos e outorga.

Alterações realizadas nos itens 2.1.4, 2.2.4, 2.3.4, 2.4.4 e item 3.

2.3. Planilhas

A seguir, as principais alterações nas planilhas de modelagem:

- Aba resumo, com input do total a ser pago (ressarcimento + B3 + outorga final)
- TPP Aracaju: Aba 1. MF – Redução da receita no primeiro ano
- Aba 1.1 Premissas: com valores atualizados de opex e receitas

- Aba 1.2 Capex: com valores atualizados e faseamento dos investimentos
- Aba 1.3 MacroEcono: índice de correção IPCA
- Aba 2.2 Funcionários: com salários atualizados e ajustes pontuais de faseamento